

Carolina Gontijo Lopes – Mestranda/UFMG – Estudante

Hélder Isayama – Doutorado/UFMG – Professor Titular

## **PERSPECTIVAS DA ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL NAS PRÁTICAS DE LAZER NO CRAS UNIÃO: ATUAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS INFERÊNCIAS NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL.**

**RESUMO:** Este estudo em andamento faz parte do programa de pós-graduação em Lazer na EEEFTO/UFMG/Brasil. Tem por objetivo identificar e discutir as ações dos profissionais de diferentes áreas, na animação sociocultural das práticas de lazer do Centro Regional de Assistência Social, Belo Horizonte/MG (CRAS), que potencializam ou limitam a participação social dos sujeitos da comunidade. Considerando que as ações de lazer nas comunidades têm, muitas vezes, reproduzindo práticas globalizadas, externas as identidades locais, e partem de organizações sociais e institucionais com interesses alheios ao coletivo daquele local. Esta pesquisa qualitativa utiliza da revisão bibliográfica de estudos que discutem a animação sociocultural, atuação profissional, práticas de lazer, participação social, tomando a observação de cunho etnográfico da atuação profissional nas práticas de lazer no CRAS e a realização de entrevistas temáticas com aqueles mais significativos, ou seja, àqueles identificados no processo de investigação que manifestam preocupações com a participação social. Buscando identificar nessas ações comunitárias de lazer que potencializam a participação social e são mediadas pelos profissionais, possíveis indícios de autogestão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Animação sociocultural; práticas de lazer; atuação profissional; participação social.

### **Introdução**

A presente pesquisa de mestrado em andamento faz parte do programa interdisciplinar de pós-graduação em Lazer do Brasil desenvolvido pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFTO/UFMG). Tendo para sua realização a bolsa de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil).

Considerando os anseios e inquietações que acompanham a trajetória da pesquisadora no lazer para elaborar as questões que serão investigadas, será saliente

principalmente a atuação no município de Campinas, São Paulo (Brasil) com práticas de Lazer na gestão democrática e popular que culminou na sua inserção no Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Lazer da UNICAMP, para teorizar e discutir a experiência vivida. Esse percurso ampliou o olhar da pesquisadora na intervenção profissional e repercutiu no ingresso no mestrado em lazer e na sua inserção nos grupos de estudos de políticas (POLIS) e de atuação e formação profissional (ORICOLÉ), na busca de subsídios teóricos e discussões que fomentem melhorias para os profissionais na atuação nas esferas públicas.

Diferentes estudos têm investigado a atuação profissional e as práticas de lazer contribuindo para o avanço das políticas públicas de lazer e para inserção nas suas ações de princípios na perspectiva da animação sociocultural, como a participação social. Tomando as referências de estudiosos brasileiros como Nelson Marcelino, Hélder Isayama, Victor Melo e Silvia Amaral que investem inúmeros esforços para a consolidação do lazer como área de pesquisa principalmente por meio de estudos das políticas de lazer. Como também é observado na pesquisa dos periódicos nacionais das principais revistas (Motriz, Motrivivência e Licere), ao levantar vários artigos que tratam a atuação profissional, políticas públicas de esportes e lazer, participação social e animação sociocultural.

A partir das primeiras inserções ao campo de pesquisa pela aproximação teórica, a pesquisa identificou como sujeito o profissional, analistas e supervisores técnicos, que atua nas práticas de lazer no Programa BH Cidadania no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pode inferir na participação social da comunidade atendida. Definindo, por esse processo de investigação, os analistas e supervisores técnicos como sujeitos mais significativos para a realização de entrevistas temáticas e observação de sua atuação profissional.

O CRAS é um espaço da Secretaria Municipal de Assistência Social (SUAS) de Belo Horizonte que trabalha com políticas sociais de forma intersetorial e descentralizada, integrado por meio de programas e projetos sociais das áreas de psicologia, lazer, esportes e assistência social, como o programa BH Cidadania. Mediante as essas considerações, a pesquisa analisará as ações profissionais no programa BH cidadania, tendo-o como uma ação política consolidada pelo seu tempo de permanência no município, desde 2002, por envolver diferentes secretarias municipais,

por ter alcançado a realidade de demanda do programa Orçamento Participativo (OP), pela inserção em toda territorialidade do município que apresenta vulnerabilidade social, pelas implementações de espaços físicos específicos e sua continuação, também pode ser garantida pelo quadro de funcionários públicos efetivos na sua execução.

Podendo fornecer aos profissionais que atuam com lazer em espaços públicos compreensões que qualificam sua própria intervenção, ao enunciar suas relações com os princípios de democratização cultural e participação social. Nesse sentido, pode levantar dados para a própria avaliação do programa BH Cidadania, ao refletir sobre a atuação e formação profissional do quadro técnico que trabalha com a formulação, implementação, execução e avaliação da proposta.

O caminho a ser percorrido é traçado ao discutir as seguintes questões: Qual o contexto social das práticas de lazer nas políticas públicas? Qual a apropriação dos técnicos que atuam no CRAS dos princípios políticos do programa BH cidadania? As ações dos técnicos potencializam ou limitam a participação social? Nessa realidade, quais seriam as perspectivas para a animação sociocultural?

Para tanto será contextualizado as práticas de lazer nas políticas públicas, as ações de esportes e lazer e os princípios que as norteiam e finaliza a discussão com o diálogo da atuação profissional e as perspectivas da animação sociocultural. Tendo por objetivo identificar e discutir as ações dos profissionais nos Centros Regionais de Assistência Social (CRAS) no programa BH Cidadania, Belo Horizonte/MG, que potencializam ou limitam a participação social dos sujeitos da comunidade.

### **Lazer nas políticas públicas**

Entender o lazer na realidade brasileira como política pública remete compreender sua inserção histórica enquanto política social de direito de todos os cidadãos na vida cotidiana. Processo marcado pela tensão de diferentes objetivos no decorrer do seu percurso na agenda política dos governos que muitas vezes, foi influenciada pelo interesse do mercado de entretenimento em expandir práticas globalizadas.

Partindo da consideração de Menicucci (2006, p.141) que define as políticas públicas de forma simplificada como “a ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados,

através de alguns meios”. Dessa maneira retrata que a execução do conjunto das decisões do governo requer a elaboração de objetivos e a utilização da máquina estatal para implantar suas ações públicas para a população.

Abordando para essa pesquisa as ações e decisões que permeiam as políticas públicas na área social que, Demo (1994), caracteriza como propostas políticas do Estado para trabalhar as desigualdades sociais. Para o autor, nas políticas sociais existe uma questão social controlada por alguns privilegiados e sustentada pela maioria “marginalizada” que mantêm uma relação social desigual no convívio em sociedade.

No Brasil, até aproximadamente os anos 80, as ações das políticas sociais nas esferas federais, estaduais e municipais eram clientelistas e fragmentadas devido à implantação de políticas isoladas e assistencialistas. Nesse sentido o campo das políticas sociais aparece de forma setorial, imediatista e sem mecanismos de articulação entre Estado e sociedade, como a formulação de políticas sem a participação da população e com o poder centralizado.

Somente a partir da Constituição de 1988, com o processo de democratização do país que as propostas de descentralização e participação do cidadão começaram a serem formuladas e implantadas nas políticas públicas ao lado da regularização do lazer como direito social junto aos direitos sociais de saúde, educação, segurança, assistência social e habitação. Podendo considerá-las assim, recentes e em processo de constantes mudanças.

O lazer como uma prática social existente nas políticas sociais pode possibilitar a formação do cidadão pleno<sup>1</sup> por meio do seu envolvimento com as questões das políticas públicas e cidadania ao buscar reverter às desigualdades nas formas de convivência e organização comunitária.

Entretanto trabalhar o lazer em espaços públicos envolve as considerações sobre os problemas sociais locais que se manifestam nesse processo, segundo Marcellino (2006) podem ser: a falta de identidade com o espaço de lazer, com a precária promoção do acesso, com a presença de diferentes manifestações de violência, como também, as dificuldades em estabelecer a especificidade da área. Resultando no reduzido envolvimento da comunidade e da pouca democratização cultural.

---

<sup>1</sup> Demo (1994) ao definir a cidadania como fenômeno político e com capacidade produtiva, remete assim, ao cidadão pleno como aquele que participa, trabalha e produz.

Diante dessas dificuldades, o processo histórico do lazer foi marcado por ações compensatórias, utilitaristas e de controle social ao ser incorporado pelo poder público nas suas agendas políticas com intenções de suprir essas dificuldades. Passando a oferecer atividades com diferentes objetivos, como por exemplo: diminuir a violência, principalmente o uso de drogas e a depredação dos espaços públicos. Assim, as atividades em sua maioria não partem dos anseios da população local, dificultando sua identidade com as práticas e com o espaço de lazer.

Contrapondo a realidade histórica do lazer nas políticas públicas marcadas pelo viés assistencialista, compensatório e controlador, programas como o BH Cidadania no CRAS que representam um avanço para perspectiva da democratização cultural das práticas de lazer. Segundo Amaral (2008) a inserção do modelo híbrido de democracia, fusão entre democracia representativa e democracia participativa, na elaboração das políticas repercute em novos caminhos para as ações sociais na esfera pública encaminhando até mesmo, para o processo de emancipação dos próprios sujeitos envolvidos.

No campo teórico as mudanças foram identificadas pela pesquisa e análise bibliográfica nos principais periódicos nacionais da área, revista Motriz, revista Motrivivência e revista Licere, que dentre os 58 artigos publicados selecionados através do uso das palavras-chaves: atuação profissional, as políticas públicas e a participação social, nos últimos cinco anos. Por esse volume de publicação e pelos debates levantados, o estudo os considera como um avanço no plano teórico na discussão dessas questões. Destacando que em sua maioria, os artigos fortalecem à recente inclusão do lazer como direito social e o discutem mediante ao contexto de descentralização, intersetorialidade e participação popular.

Na busca para localizar o lazer nas políticas públicas, salienta-se também as problemáticas relativa à avaliação das ações da gestão pública que inseri a própria formação do quadro técnico que atua no setor. Assim, ressalvo a necessidade de pesquisar as ações do técnico que atuam nas práticas de lazer mediante os princípios democráticos participativos.

#### **Ações de lazer: princípio norteador**

As práticas de lazer são práticas culturais legitimadas pela sociedade, governo e mercado. No âmbito público, o presente estudo pondera que tais práticas devem envolver ações norteadas pelo princípio político da participação popular para conceber a formação de cidadãos plenos e potencializar a democratização cultural.

Nesse sentido as ações da gestão pública nos municípios demandam além de estruturas físicas, prestação de serviço e regulação fiscal, como também a aproximação da sociedade com o Estado pelos diferentes mecanismos de participação possibilitando a ampliação da autonomia dos sujeitos.

Na conjuntura das políticas sociais, a participação popular é um mecanismo de ação pública que interage com o gerenciamento dessas políticas. É consensual que o termo é mais amplo que o envolvimento dos indivíduos no movimento sindical e na política partidária. A idéia de participação popular com visões universais surge para firmar uma nova concepção política da sociedade.

A participação popular para Valla (1993, p.9) compreende “as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação de políticas públicas e/ou serviços básicos na área social”. Outras formas de ações participativas são discutidas pelo autor, como a integração de grupos marginalizados, ou seja, grupos excluídos da sociedade, e os mutirões por meio de ONGs e associações, que em ambos os indivíduos se encontram passivos nas ações, ou melhor, sem participação política. Para o autor a participação popular deve diferenciar dessas duas ações por possuir um caráter político que envolve representatividade em distintas instituições políticas da sociedade

Discutir a participação como algo a ser conquistado, construído, recuperado em todo momento e compreendida como processo de desdobramento do sujeito social, segundo Demo (1994), deve envolver considerações a cerca das formas em que os indivíduos se organizam e relacionam em comunidade, exprimem sua visão e entendem a concepção de história e sociedade.

O processo de envolvimento comunitário tem aumentado e garantido maiores reivindicações populares frente à administração do poder público, afirma Jaccobi(1990), incluindo para essas conquistas a articulação de profissionais e/ou assessores sociais que se empenham em inserir os sujeitos e suas formas de organizações nas suas ações profissionais.

A consolidação de práticas participativas requer também, a abertura de canais de participação, como formas organizativas e representativas para sua implementação tendo para isso diferentes sujeitos na esfera pública, como a própria população, gestores e profissionais. Possibilitando a ampliação das práticas comunitárias garantidas pelo processo de representatividade das diferentes formas de organização, como associações de moradores, grupo de idosos e outros.

A participação nas ações do setor público de lazer é um princípio que norteia o CRAS e o programa BH Cidadania, bem como a descentralização, intersetorialidade e territorialidade. A prática de lazer gerada pelos profissionais na referida proposta que envolve esse eixo de princípios, pode fomentar preceitos para se pensar a inserção de possibilidades de co-gestão ou autogestão política, se realmente efetuar na execução a apropriação desses princípios.

No complexo processo de construção da cidadania no Brasil, a participação nas políticas públicas de lazer deve conceber as relações das suas práticas com as questões políticas, assim assumir um papel na dinamização desse processo que garanta espaços públicos de lazer e ampliar a expressão e representação de interesses coletivos. Enunciando os significados da existência de cada participante na prática do lazer e os sentidos da continuidade das ações de lazer na comunidade.

### **Atuação profissional: perspectivas da animação sociocultural**

A atuação profissional no setor público pode dialogar com as perspectivas da animação sociocultural ao inferir nas suas ações a mediação, a intervenção pedagógica, a participação social e a organização comunitária.

Concebendo a intervenção do profissional como mediador que, segundo Melo (2006), tem “a função crítica e deve desenvolver reflexões a partir de espaços de livre circulação de idéias”. Para alcançar as pretensões da referente pesquisa, a definição proposta pelo autor que considera o mediador como animador cultural contempla o entendimento de atuação profissional que será a referência para identificar as ações que potencializam ou limitam a participação da comunidade.

(...) Animação Cultural como uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica) pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito estabelecem) que

concedem concretude à nossa existência cotidiana, construída com base no princípio de estímulos as organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e construir para superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa. (MELO, p.28, 2006).

Nessa perspectiva, Isayama e Stoppa (2001) consideram que a imposição dos profissionais na intervenção pode gerar a não-participação efetiva da comunidade, caracterizada pela sua dominação sociocultural. Para os autores, a intervenção no lazer deve compreender a construção coletiva compromissada no plano de mudanças sociais e culturais possibilitando a emancipação dos sujeitos. Como também, o profissional deve respeitar os princípios da adesão livre e espontânea nas práticas de lazer, a participação dos sujeitos que detêm opinião própria e sua diversidade cultural.

Cabe aos profissionais que atuam na animação cultural de práticas de lazer articular com as possibilidades de relações entre políticas participativas institucionalizadas, movimentos populares organizados e os saberes populares nas práticas comunitárias de lazer. Assim, estes devem considerar os indivíduos como cidadão com diferentes formas de organização e representação possibilitando suas ações como co-agentes. Trabalhando criticamente características passivas da comunidade em detrimento as formas de dominação do saberes técnico.

Nesse processo das relações entre o mediador, possuidor do saber técnico, e a comunidade para a apropriação das diferentes formas de participação social, é necessário a compreensão e interpretação pelo mediador dos significados dos conteúdos reivindicados pela mesma. Valla (1993) afirma que as dificuldades desses mediadores estão vinculadas à postura dos mesmos em não aceitar que os indivíduos da comunidade são capazes de produzir conhecimento e o restrito entendimento dos significados das iniciativas independentes de suas origens, ou seja, no saber popular.

Sendo necessário questionar se a intervenção executa suas ações seguindo as orientações do programa, ou seja, potencializando a participação social dos sujeitos pela mediação entre os saberes técnicos movidos pelas políticas públicas do Estado e os saberes populares oriundos da organização comunitária, como forma de avaliação da proposta política.

## **Considerações finais**

O processo de pesquisa referido segue orientações qualitativas que permitirão uma investigação interpretativa da complexa realidade da atuação profissional nas práticas de lazer na esfera pública. Tal estudo parte dos anseios de Triviños (1987) para justificar seus caminhos no decorrer da aproximação no campo empírico, em que a pesquisa:

(...) não acontece de forma estanque e com visões isoladas, no desenvolvimento da pesquisa qualitativa alterações e reformulações acontecem e são necessárias na investigação implicando um esforço em flexibilizar o trabalho desenvolvido pelo pesquisador para atingir o objetivo proposto (p.91).

Determinadas as orientações metodológicas e apropriando delas, o estudo em andamento ao encontrar um vasto número de periódicos, aponta esse dado como um indício de avanço na intervenção de políticas de lazer promovido pela produção no plano teórico. Bem como, as análises desses periódicos levantaram que, em sua maioria, tratam das políticas públicas de lazer como direito social e dentro das possibilidades de gestão democrática descentralizada e participativa.

As ações dos profissionais que atuam no Programa BH Cidadania no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) podem dialogar com a animação sociocultural na busca da democratização cultural, pela possibilidade de aproximação entre os princípios que orientam sua atuação, intersetorial, transversalidade, participação e os princípios da animação, mediação, intervenção pedagógica, participação social e organização comunitária.

Assim, a pesquisa caminha para identificar e discutir as ações dos profissionais no programa que potencializam ou limitam a participação social dos sujeitos da comunidade e para analisar as perspectivas de animação sociocultural nessa conjuntura. Trazendo recursos para analisar se a execução dos programas e projetos da gestão pública está coerente com a nova concepção política.

## **Referências bibliográficas:**

AMARAL, Sílvia(2000): “Lazer e participação popular”. Licere, v. 03, p. 156-164.

\_\_\_\_\_ (2006): “Políticas públicas de lazer: existe uma possibilidade de uma gestão participativa?” In: *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, p.156-172.

\_\_\_\_\_ (2008): “Public Leisure Policies in Porto Alegre, Brazil: From Representative to participative democracy”, *World Leisure*, nº2 volume 50, p.127-137.

AZEVEDO, Janete (2004): *A Educação como política pública*. Campinas: Autores Associados.

DEMO, Pedro (1994): *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papirus, 1994.

ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (ORG) (2008): *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o espaço e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

JACOBI, Pedro R (2002): “Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina”, *Ciência e saúde coletiva*, nº 7 volume 3, p. 443-454.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D (1986): *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

MARCELLINO, Nelson Caralho (2001): *Lazer e mercado*. Campinas: Papirus.

\_\_\_\_\_ (2006): “O lazer e os espaços na cidade”, In: *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*, p.65 - 92.

MELO, Victor (2006): “A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: buscando definições”, In: *A animação cultural: conceitos e propostas*, p. 19 – 52.

MENICUCCI, T (2006): “Políticas Públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos”, In: *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*, p.136- 164.

TRIVIÑOS, A.N.S (1987): *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLA, Victor (1998): “Sobre participação popular: uma questão de perspectiva”, *Caderno Saúde Pública*, 14(sup. 2), p. 2-17.